Investigador – Polícia Civil do Espírito Santo

Direito Constitucional

46. De acordo com o disposto no texto constitucional, assina a alternativa INCORRETA acerca da Educação
Gabarito: letra D

Comentários: a Banca buscava o item incorreto. Ele está na Letra D. Isso porque, embora os cargos públicos, via de regra, sejam acessíveis aos brasileiros, é permitida a contratação de estrangeiros para os cargos de professor, técnico e cientista de universidades e centros de pesquisa.

47. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao DF legislar concorrentemente sobre:

Gabarito: letra D

Comentários: o artigo 24, IX, da Constituição fala na competência concorrente (U, E e DF) para tratar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

48. João, brasileiro nato, após devido processo legal, transitado em julgado, perdeu a nacionalidade brasileira em razão de ter optado voluntariamente por nacionalidade estrangeira. Anos depois João retornou ao Brasil e adquiriu a nacionalidade brasileira por meio da naturalização. De acordo com a Constituição Federal, assinale qual dos cargos a seguir poderá ser ocupado por João.

Gabarito: letra D*

Comentários: a Banca provavelmente colocará a letra D como resposta esperada. Isso porque o cargo de Senador não é privativo de brasileiro nato. **No entanto, é possível buscar a anulação da questão.**
Explico.

O indivíduo que perdeu a condição de brasileiro nato pode voltar a ser brasileiro? Sendo positiva a resposta, ele retornaria como brasileiro nato ou naturalizado?

O Professor José Afonso da Silva, citando o artigo 36 da Lei 818/49, defendia que se a pessoa voltasse a residir no Brasil, poderia retornar à condição de brasileiro nato.

Já Alexandre de Moraes, José Celso de Mello e Francisco Rezek seguiam outra corrente, no sentido de que o retorno à condição de brasileiro se daria por meio de processo de naturalização. Ou seja, ele seria brasileiro naturalizado – e não, nato.

Pois é, mas a polêmica foi superada com a Nova Lei de Migração. É que a Lei 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto Presidencial 9.199/2017, prevê expressamente a possibilidade de reaquisição da nacionalidade, com o restabelecimento da nacionalidade originária brasileira.

Em outras palavras, **o indivíduo poderá readquirir a nacionalidade ou ter revogado o ato que declarou a sua perda, retornando à condição de brasileiro nato** (artigo 254 do Decreto 9.199/2017).

As inovações inclusive já foram objeto de questionamento em provas. Ilustrativamente, na prova para Defensor Público da União, elaborada pelo CESPE/CEBRASPE, foi formulado o seguinte item:

"A respeito de nacionalidade, julgue o item a seguir.
Brasileiro nato que, tendo perdido a nacionalidade brasileira em razão da aquisição de outra nacionalidade, readquiri-la mediante o atendimento dos requisitos necessários terá o status de brasileiro naturalizado."

O item foi considerado errado, exatamente com base nas modificações trazidas pela Nova Lei de Migração e pelo Decreto que a regulamentou.

Em razão disso, vê-se que o Examinador partiu de premissa falsa no comando da questão. Se João era brasileiro nato, ele voltaria à condição de nato, podendo ocupar qualquer um dos cargos previstos nas alternativas A a E.

49. De acordo com o contido na Constituição Federal, a soberania popular...

Gabarito: letra E

Comentários: além da democracia indireta (representativa), o Brasil também tem ferramentas de exercício direto da democracia, que são o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de lei – artigo 14 da Constituição.

50. De acordo com a Constituição Federal, na forma da lei, dentre outras, é condição de elegibilidade, a idade mínima de

Gabarito: letra C

Comentários: a idade de 21 anos é exigida para todos os cargos de Deputado, além de Prefeito (e vice-prefeito) e para juiz de paz.

51. Assinale a alternativa correta de acordo com o que disciplina a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais.

Gabarito: letra B

Comentários: a resposta esperada está na letra B, que trata da ação popular, remédio constitucional que é gratuito, salvo má-fé, e serve para combater ato lesivo a vários valores citados na alternativa.

52. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca da Organização politicoadministrativa do Estado.

Gabarito: letra B

Comentários: a resposta esperada está na letra B, que corresponde ao que está no § 3º do artigo 18 da Constituição.

53. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à União.

Gabarito: letra D

Comentários: o artigo 22, II, diz que desapropriação é tema de competência privativa da União para legislar. As demais alternativas contam com competências concorrentes, apresentadas no artigo 24 da Constituição.

54. De acordo com o texto constitucional, compete privativamente ao Senado Federal

Gabarito: letra A

Comentários: somente o Senado atua na sabatina de nomes, o que facilita as coisas. A arguição é pública, mas a votação é secreta, no processo de escolha do PGR. A letra B fala de competência da Câmara e as demais alternativas tratam de competência do Congresso Nacional.

55. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que não corresponde a uma atribuição privativa do Presidente da República.

Gabarito: letra E

Comentários: o examinador quer a exceção, e ela está na letra E. Isso porque autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União é uma competência privativa do Senado Federal.

56. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca do Poder Judiciário.

Gabarito: letra C

Comentários: conforme o artigo 121, § 3º, são irrecorríveis as decisões do TSE, salvo quando contrariarem a CF e as que negarem HC ou MS.

57. De acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa correta acerca das Funções Essenciais à Justiça.

Gabarito: letra B

Comentários: é o que está no artigo 128, § 2º. Tanto na escolha quanto na destituição do PGR antes do término do mandato de 2 anos há a participação do Senado Federal.

58. Assinale a alternativa correta acerca do que o texto constitucional disciplina sobre o Estado de Defesa e o Estado de Sítio.

Gabarito: letra E

Comentários: o artigo 137 trata das possibilidades para a decretação do estado de sítio. Elas compreendem, no inciso II, a declaração de guerra e a resposta à agressão armada estrangeira.

59. Tendo como base a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca das Forças Armadas e da Segurança Pública.

Gabarito: letra B*

Comentários: o gabarito preliminar deve trazer a letra B como resposta esperada. **No entanto, é possível buscar a anulação da questão.**
É que o artigo 142, § 2º, da Constituição fala que **não cabe habeas corpus (HC) em relação a punições disciplinares militares**.
A justificativa para a proibição reside no fato de o meio militar seguir regras próprias de conduta, bem mais rígidas do que as existentes no âmbito civil.
Embora o texto constitucional vede expressamente o cabimento de habeas corpus para discutir punições disciplinares militares, **a jurisprudência do STF tem-se pautado no sentido de que o não-cabimento do HC se limita ao mérito das punições** (RHC 88.543).
Assim, caso se busque discutir outros aspectos, **não** referentes ao mérito da punição, caberia habeas corpus.
Vou sistematizar para organizar as ideias e facilitar a sua compreensão:

PRIMEIRA SITUAÇÃO - se for perguntado o texto constitucional, responder: não cabe habeas corpus para discutir punições disciplinares militares.

SEGUNDA SITUAÇÃO - se for perguntado "de acordo com a jurisprudência do STF...", responder que não será cabível o HC buscando apreciar o **mérito** da punição (se o militar merece – ou não – a punição).
No entanto, o HC será admitido se estiverem sendo questionados **pressupostos de legalidade** (competência da autoridade, obediência aos regulamentos militares etc).

Dito isso, mesmo tendo o comando da questão feito menção à Constituição Federal, é certo que ela é interpretada pelo STF. Isso conduz à necessidade de anulação da questão, por não ter sido clara a diferenciação.

60. Assinale a alternativa correta acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre a Seguridade Social.

Gabarito: letra A

Comentários: o artigo 195, § 5º, prevê que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, estendido ou majorado sem a correspondente fonte de custeio. Ou seja, se vai aumentar a despesa, deve se indicar de onde sairá a grana.

Aragonê Fernandes

Juiz de Direito do TJDF; ex-Promotor de Justiça do MPDF; ex-Assessor de Ministros do STJ; ex-Analista do STF; aprovado em vários concursos públicos. Professor de Direito Constitucional do Gran Cursos Online.

Gran Cursos Online